



A CATEGORIA GÊNERO NA REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR

Carla de Oliveira Romão¹

Resumo: O presente artigo problematiza os sentidos de gênero nas pesquisas do campo educacional. Tendo como marco do estudo a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade- SECAD, em 2004, utilizamos as produções textuais de dois encontros de reconhecida importância na área de Educação - as reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação- ANPEd e os ENDIPE-Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - para problematizar o conceito de gênero, tomando como base as contribuições das teóricas feministas Joan Scott e Judith Butler, da autora brasileira do campo do Currículo Guacira Lopes Louro e do filósofo francês Jacques Derrida.

Palavras chave: gênero, educação, diferença

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade que passa por mudanças de valores e atitudes. Valores e atitudes que em dados momentos históricos eram reconhecidos como verdadeiros e corretos passam a ser questionados, pois muitas vezes só privilegiavam um grupo. O próprio sentido de universal, entendido como “uma qualidade da natureza humana” (Ortiz, 2007, p.7) e “associado à noção de modernidade” (Ibidem, p.8) era considerado apenas para um tipo de sujeito - homem, branco, heterossexual - ficando de fora as mulheres, os/as negros/as, por exemplo.

Vemos, então, que a forma como concebemos o meio social sofre modificações. Hoje predomina uma compreensão de que muitas coisas devem ser significadas/entendidas olhando o contexto em que ocorrem, que não adianta ter um sentido de universal que abarca apenas uma forma de representar a sociedade ou o indivíduo.

Algo que também se alterou ao longo dos anos é a forma como a mulher é concebida na nossa sociedade: se antes éamos vistas como sujeito sem direitos, hoje a

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ – PROPED. Graduada em Ciências Sociais (UERJ). Correio eletrônico: petroyf@yahoo.com.br

cidadania feminina é reconhecida e respeitada na maioria dos países que formam o chamado mundo ocidental.

Um marco teórico histórico que nos permitiu, primeiramente, questionar a forma desigual com que mulheres e homens eram e são tratados no meio social é o conceito de gênero, que ganha notoriedade nos anos 1960 nos chamados *Estudos da Mulher*.

Assim o presente trabalho pretende realizar um mapeamento das formas como a pesquisa no campo educacional vem tratando as questões de gênero e sexualidade, querendo entender os sentidos atribuídos a gênero no campo educacional.

Assumimos como marco do estudo que motiva este artigo a criação, em 2004, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, entendida como uma forma de o governo dar atenção, no campo educacional, às chamadas “questões da diferença” que englobam as demandas dos movimentos negros, de mulheres, indígenas, entre outros. A partir da criação desta secretaria o governo incentiva os/as profissionais que atuam na educação a terem uma formação continuada em questões de gênero e sexualidade, de educação étnico-racial, por exemplo.

Focam-se, neste artigo, os anais de dois encontros, as reuniões anuais da ANPEd-Associação Nacional de Pesquisa em Pós-graduação, e os ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, eventos acadêmicos centrais para o campo educacional. Nos anais da ANPEd foram priorizados três grupos de trabalho, quais sejam: *Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos; Formação de professores; e Gênero, Sexualidade e Educação*. Já nos ENDIPE, que não se organizam em grupos de trabalho, foram buscados os eixos que se aproximavam da temática aqui estudada.

Ao olhar para os trabalhos produzidos nestes encontros, desde 2004 até o ano de 2011, pretendemos entender as seguintes questões: dado o reconhecido protagonismo dos atores sociais envolvidos no dia a dia educacional escolar, como estas produções consideram a dimensão da prática escolar? Qual a incidência, nos eixos específicos e grupo de trabalho sobre formação inicial ou continuada, de produções que levem em conta o conceito de gênero? Quais os referenciais teóricos de tais trabalhos? Que temáticas são abordadas?

A seguir, apresentam-se algumas considerações sobre o conceito de gênero, para logo depois expor a análise do material levantado.

GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

O conceito de gênero é usado pelas teóricas feministas numa tentativa de fugir do determinismo biológico. Sua origem costuma ser identificada nos anos de 1960, na Segunda Onda Feminista, que foi um período em que as militantes, além de preocupações sociais e políticas, intensificam suas preocupações teóricas (Louro, 2008), querendo refletir sobre a condição feminina na sociedade, mas também construindo suportes teóricos para questionar as verdades ditas no meio social sobre as mulheres e o social em geral.

Gênero é formulado inicialmente para se contrapor a sexo, rompendo desta forma com um essencialismo biológico, como afirma Saffioti: “Uma das razões, porém, do recurso do termo *gênero* foi, sem dúvida, a recusa do *essencialismo biológico*, a repulsa pela imutabilidade implícita em ‘*a anatomia é o destino*’, assunto candente naquele momento histórico” (Saffioti, 2004, p.110) ². Assim, as mulheres teriam um elemento para se distanciar do constructo corpo, afirmando que os papéis determinados socialmente para cada sexo eram, na verdade, construções socioculturais e não naturais.

Para entender gênero como uma categoria de análise. parto do texto de Joan Scott (1995), *Gênero uma categoria útil de análise histórica*, em que a autora afirma que gênero é usado para enfatizar o cunho social das diferenças entre os sexos, que o termo possibilita um rompimento com o estigma do sexo. O seu uso pode implicar uma discussão teórica ou ser usado para descrever as relações entre os sexos.

A autora afirma também que o conceito de gênero apesar de se contrapor ao de sexo não seria determinado por este. Scott diz: “O uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (ibid., p.76).

Afirma que o uso deste conceito ajudaria a pesquisa a entender as interações humanas, pois possibilita decodificar os significados de processos que se dão no meio social. E assim Scott entende que o uso deste conceito guarda um grande potencial para a pesquisa em história e, digo eu, na área de ciências humanas como um todo.

Porém, Scott também realiza uma crítica à forma como a pesquisa acadêmica vem desenvolvendo o uso do conceito de gênero; afirma que este conceito é usado

² Os grifos são da autora.

muitas vezes para dar um status científico às pesquisas e como inclui as mulheres sem as nomear acabaria não sendo uma ameaça crítica, não cumprindo o seu papel de promover um reexame crítico dos trabalhos científicos existentes para assim questionar os paradigmas existentes.

A autora, ao definir gênero, afirma que é um elementos constitutivos das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e dá significado as relações de poder. Sendo entendido assim gênero nos permitiria entender o porquê das desigualdades produzidas e naturalizadas entre homens e mulheres; através do uso desta categoria, poder-se-ia, por exemplo, analisar os símbolos culturais e as regras produzidas nos grupos sociais, como família, escola, clube, perguntando o porquê de haver nestes espaços construções e modos de ser específicos para o ser mulher e para o ser homem.

Além de nos permitir entender como os processos sociais acontecem, a pesquisa com o conceito de gênero permitiria realizar um questionamento da fixidez como estas coisas estão dadas e naturalizadas no meio social. Para Scott, é preciso “explodir esta noção de fixidez” (1995, p.87) e uma forma de fazer isto é incluindo uma concepção de política nas análises. Para a autora, é importante entender que a desigualdade criada entre homens e mulheres possui uma história, são significações que foram produzidas, reafirmadas e naturalizadas. Para descobrir e entender como este processo se dá, é importante que vejamos como o gênero, também, é construído e reafirmado no mercado de trabalho, na educação e no sistema político e não apenas nas relações familiares. Assim temos uma concepção política na análise de gênero.

Ao sugerir a rejeição às construções de oposição binária e uma posição alerta da pesquisadora ou pesquisador para submeter as categorias utilizadas à crítica, Scott se remete ao conceito de *desconstrução* de Jacques Derrida. Este conceito é central na obra deste filósofo, que propõe questionar a forma como o discurso foi construído historicamente em nossa sociedade, possibilitando que elementos antes ignorados possam vir à tona sendo assim evidenciados como constituintes do discurso. Scott observa que as feministas, em certo sentido, historicamente, fazem uma leitura desconstrucionista do feminino, pois ao lutarem por uma outra significação do ser mulher romperam com a visão então hegemônica.

Vemos assim, que Scott sugere uma nova direção para a pesquisa que se utiliza do conceito de gênero, entendendo que há potencialidades neste uso, mas que é necessário relizar a crítica.

Já Butler, em seu livro *Problemas de gênero* (2008), procura realizar uma crítica à política representacional, questionando os sentidos de sexo e de gênero. Em suas primeiras páginas, Butler vai questionar a identidade que a teoria feminista representa/defende, ou seja, o que chama de mulher. Argumenta a autora que o termo mulher não é estável e permanente nem denomina uma identidade comum, pois não abrigaria tudo que uma pessoa é. E que ser mulher não produz uma experiência comum de subjugação, entendimento que o feminismo com frequência tentou fazer prevalecer.

Para Butler, o termo *mulheres*, no genérico, descontextualiza analítica e politicamente a especificidade do feminino em sua constituição com classe, raça, etnia, que tanto constituem a identidade como questionam a construção identitária como algo unificado, singular, estável. Por outro lado, uma outra problemática se constrói quando se admite que o termo *mulheres* pode ser usado como uma tentativa de construção de uma identidade solidária. Entretanto, a autora adverte para a dicotomização entre sexo e gênero:

“Concebido originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo.” (Butler, 2008, p.24)

A autora, através de uma leitura desconstrucionista, irá discutir a dualidade sexo e gênero. Para Butler, a tentativa das teóricas feministas de fugir da biologia ser um destino acabou por criar outro tipo de prisão, a de que a cultura é o destino. Gênero seria assim o meio discursivo/cultural onde um sexo natural é entendido como pré-discursivo, afirmando desta maneira uma a-historicidade do sexo, como algo dado, pré-existente. Então, o gênero pode ser entendido como constituinte do aparato de produção em que os sexos são estabelecidos.

Butler argumenta que desta maneira o sexo é apresentado desde o começo como sendo gênero. Aponta que não há por que acreditar que os gêneros tenham que ser correspondentes ao sexo e que este tipo de formação faz parte da legitimação de uma cultura heterossexual. Ela afirma: “Essa produção disciplinar do gênero leva a efeito

uma falsa estabilização do gênero, no interesse de construção e regulação heterossexuais da sexualidade do domínio reprodutor.” (ibid., p.194)

Assim vemos que para esta autora sexo é tão culturalmente construído como o gênero e que a construção de gêneros binários serve para legitimar a matriz heterossexual em que vivemos. Gênero se constitui como efeito de verdade de um discurso dominante que cria uma identidade estável e duas formas inteligíveis de ser: ou você se constrói como homem ou como mulher, como um sujeito masculino ou como um sujeito feminino.

Vemos assim que Butler dá mais elementos para que pensemos sobre gênero e seus significados e consequências. Antes de querer superar este tipo de construção, Butler aponta para a necessidade de crítica que temos que fazer, principalmente dentro da teoria feminista.

A articulação entre gênero e educação se dá a partir da Segunda Onda Feminista quando as feministas começam a pensar de que forma poderiam superar as desigualdades construídas no meio social entre meninas e meninos, e uma das possibilidades encontradas foi o combate à educação sexista.

No Brasil, uma autora que se notabilizou por estudar as relações entre gênero e educação é Guacira Lopes Louro, que se apoia nos estudos feministas em uma perspectiva pós-estruturalista. Para esta autora, trabalhar com o conceito de gênero é colocar-se contra a naturalização do feminino e do masculino. Entende que a produção de gênero, enquanto efeito de uma história que significa o corpo, está imersa em relações de poder.

Louro entende a escola como um espaço de criação de distinção, um espaço que educa os corpos de acordo com seu gênero, sua classe, sua raça, que diferencia o que se espera de meninos e de meninas, que brincadeiras são permitidas, que atitudes e comportamentos são esperados (Louro, 2008).

Além de reproduzir desigualdades sociais, a escola é vista como um lugar que pode contribuir com a mudança de pensamento da sociedade e acreditando nisto é que as feministas entendem que é necessário formular uma pedagogia feminista, que “vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes na sala de aula tradicional” (ibid., p.113).

Segundo estudo de Rosemberg (2002), que apresenta a produção de 1990 sobre a relação entre educação da mulher e relações de gênero nas pesquisas brasileiras, a temática da gênero na Educação tinha provocado, no Brasil dos anos 1990, uma produção acadêmica escassa e esparsa, um sub-aproveitamento dos estudos e pesquisas. Se as pesquisas que se utilizam da interseção de gênero e educação são escassas, sabe-se que a aplicação de traços de uma pedagogia feminista no cotidiano das escolas é algo pouco visto.

Para Louro (ibid.), as mudanças nas instituições escolares estão em transformação. Afirma a necessidade de estarmos atentas para as formas de produção e reprodução das desigualdades, promovendo práticas escolares que nos permitam questionar as formas dominantes, levando o alunado a posições críticas sobre o que ocorre ao nosso redor, pois defende que só assim se poderá começar a construir outras significações para as relações de gênero, por exemplo.

A NOÇÃO DE GÊNERO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO CAMPO EDUCACIONAL

Tendo como proposta fazer uma análise da produção de dois encontros de educação- ANPED e ENDIPE- para entender os sentidos que estão sendo atribuídos a gênero nestas produções, apresentam-se a seguir destaques do estudo realizado.

Os textos da ANPED foram coletados da página da organização na internet, www.anped.org.br, e a busca foi feita nos grupos de trabalhos *Movimentos Sociais, sujeitos e processos educativos; Formação de Professores; e Gênero, sexualidade e educação*, a partir de palavras-chave no acervo de títulos/resumos, para em seguida coletar o texto completo; as palavras foram: gênero, sexualidade, diferença.

Já os textos do ENDIPE foram coletados nos cds dos Anais dos Encontros, a partir também de palavras-chave gênero, sexualidade e diferença, para em seguida coletar o texto completo.

Ao total foram revisados 106 trabalhos que se utilizavam da categoria gênero.

Nos trabalhos do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, foram encontrados 41 produções que utilizavam o conceito de gênero; deste total 33 utilizavam o conceito se preocupando em definir o que é gênero e 08 usaram o conceito

sem se preocupar com a definição. As teóricas mais encontradas foram Scott, Louro e Butler, esta em menor ocorrência.

Do total de trabalhos encontrados, 08 consideraram a dimensão da prática escolar, ou seja, suas pesquisas foram construídas considerando o espaço escolar. As temáticas abordadas são a educação de jovens e adultos, o cotidiano de professoras e professores na educação infantil, as aulas de educação física sob a ótica do gênero e a produção da homofobia, heteronormatividade.

Já nos trabalhos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação temos um total 68 trabalhos analisados – 2 do GT de *Movimentos Sociais, sujeitos e processos educativos*; 1 do GT *Formação de Professores* e 65 do GT *Gênero, sexualidade e educação*.

Deste total, 35 trabalhos procuram definir gênero e 33 não. As teóricas mais usadas para definir e problematizar gênero são Scott, Louro, Nicholson, Meyer e Butler, esta última autora em menor ocorrência.

Dos trabalhos que consideram a dimensão da prática escolar, temos o total de 17; estes trabalhos usam o conceito gênero para pensar as seguintes temáticas: escolarização no meio rural, comportamento das meninas, construção da masculinidade, construção da sexualidade.

No eixo específico sobre formação de professores, temos apenas um trabalho que se utiliza do conceito de gênero, porém, nos demais grupos de trabalho, temos produções que consideram a questão da formação docente nas questões de gênero, sexualidade e orientação sexual, pesquisando o currículo de pedagogia, o ensino de educação física, a educação sexual e os cursos sobre gênero, sexualidade e orientação sexual, por exemplo.

Das temáticas abordadas na ANPED, temos: construção das identidades de gênero, relações de gênero e práticas escolares, homossexualidade na escola, representação de gênero nos livros de matemática, educação sexual, feminilidades homossexuais, gênero e educação física, juventude e marcas de gênero, comportamentos esperados para meninos e meninas, entre outros.

Nos textos dos dois encontros, temos um arcabouço teórico que se repete em sua maior parte, sendo as mais citadas as teóricas Joan Scott e Guacira Lopes Louro. De

Scott, temos o texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, traduzido em 1995 para o Brasil por Tomaz Tadeu da Silva, que entende gênero como constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, como apontado anteriormente.

Já quando olhamos os textos utilizados de Guacira Lopes Louro, temos um considerável número de publicações, em que a autora não se distancia dos entendimentos assumidos no texto de Scott, relacionando gênero diretamente à educação, em uma perspectiva pós-estruturalista.

Os trabalhos que consideram o livro *Problemas de gênero*, de Judith Butler, nos trazem um elemento novo para pensar este conceito, que é o conceito de *performativo*, entendido como atos, gestos e atuações que se repetem e criam as identificações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar para a produção do campo educacional relacionada a gênero, vemos um considerável número de trabalho, que cresce a cada encontro. Só a título de exemplo, no ENDIPE de 2004, temos 06 trabalhos e em 2010 temos 23 trabalhos que de alguma forma utilizam o conceito de gênero em sua produção. Estas produções procuram refletir sobre a Educação e várias esferas do social, relacionando-as com o conceito de gênero, o que pode tornar possível que entendamos mais sobre como se constroem e se reforçam as desigualdades de gênero.

Por outro lado, causar é possível também haver um desgaste no uso do conceito. Um dado a ser considerado é que, ao se falar de gênero, os trabalhos usam um mesmo texto, publicado originalmente em 1988 - é importante que consideremos que desde esta data muito se construiu sobre o conceito de gênero.

Ao realizar o levantamento sobre as produções que se utilizam deste conceito, vemos que apesar de haver críticas, muitas pautadas num suposto desgaste, gênero é amplamente usado, às vezes com um sentido naturalizado que não se preocupa em conceituar o termo e em outras com um arcabouço teórico que procura historicizá-lo e problematizá-lo. Mas o mais importante é perceber que estas produções procuram questionar as verdades construídas sobre o ser mulher e sobre o ser homem, o que

contribui para a mudança dos paradigmas existentes e das naturalizações que fazemos no meio social.

BIBLIOGRAFIA

BUTLER, J. *Problemas de Gênero - Feminismo e subversão da identidade*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GIDDENS, A. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação - Uma perspectiva pós-estruturalista*. 10º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas as tensões teórico-metodológicas*. Disponível em http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalhos_encomendados/GT23/TE%20-%20GT23%20-%20Guacira.pdf, último acesso em 30 de maio de 2012.

ORTIZ, R. Anotações sobre o universal e a diversidade. *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n. 34, jan./abr. 2007.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulheres e relações de gênero: balanço preliminar da década de 90. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC. Ed. 34, 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto alegre, vol. 20, n. 2, jul/dez 1995, pp 71-99.

XII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino- Conhecimento local e conhecimento universal; 2004 Agos 24 a Set 1. Paraná. Anais.

XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino- Educação, Questões Pedagógicas e Processos Formativos: compromisso com a inclusão social; 2006 Abril 23 a 26. UFPE/Recife. Anais.

XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino- Trajetórias e processos de ensinar e aprender; 2008 Abril 27 a 30. PUC/RS. Anais.

XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino- Convergências e tensões no campo; 2010 Abril 20 a 23. UFMG/BH. Anais.